

Da transição epidemiológica das doenças pediátricas ao compromisso da gestão pública com o câncer em crianças e adolescentes

Solange Malfacini¹

Nas últimas décadas, passamos por um intenso processo de urbanização, acompanhado de iniciativas governamentais para o controle das doenças transmissíveis e nutricionais, com ações de prevenção e promoção da saúde, introdução de vacinas, saneamento básico e implementação de políticas sociais e econômicas voltadas para as populações com mais risco e vulnerabilidade.

Essas iniciativas reduziram o impacto das doenças transmissíveis, mas não solucionaram as desigualdades sociais existentes. O aumento dos aglomerados urbanos foi acompanhado de aumento de mortes resultantes da violência urbana e dos acidentes (causas externas), principalmente entre jovens. Passamos de um cenário de elevadas taxas de mortalidade infantil por doenças infecciosas e parasitárias para um novo momento em que estas doenças são responsáveis por uma proporção cada vez menor de óbitos. Atualmente, são as mortes por causas externas que aumentam significativamente, assumindo o primeiro lugar. Em segundo lugar, como causa de mortes entre crianças e adolescentes, aparecem as neoplasias, seguidas de outras doenças de evolução crônica. Desta forma, excluindo-se as causas externas, o câncer representa hoje a primeira causa de mortes nesta faixa.

Nos últimos 10 anos, este tema tem sido intensamente discutido no município do Rio de Janeiro, buscando estratégias de facilitação do acesso ao diagnóstico e tratamento, com o desenvolvimento de ações que vão desde capacitação profissional e organização da rede de atenção até o monitoramento dos encaminhamentos para investigação, com busca ativa dos faltosos.

As principais dificuldades identificadas estão, principalmente, na grande rotatividade de profissionais entre as unidades de saúde, na busca ativa de faltosos sem registro de residência fixa ou oriundos de outros municípios, que entram no sistema através das unidades de emergência, e na falta de alimentação dos bancos de dados oficiais para registro de câncer, como SISCAN e RHC. A incorporação de novos profissionais e a diversidade de serviços demandam um movimento contínuo de capacitação e implementação de tecnologias de gestão capazes de superar as dificuldades de comunicação e informação frente a complexidade da rede.

A detecção precoce do câncer em crianças e adolescentes está incorporada em nossas agendas como um dos principais desafios, por exemplo de organização de rede, e como compromisso de gestão.

¹ Médica, Gerente de Câncer da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.